

INJUSTIÇA NA ESCOLA E GÊNERO: REPRESENTAÇÕES DE ALUNOS(AS) DE ESCOLAS PARTICULARES E PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP¹

Renata Aparecida Carbone Mizusaki

A presente pesquisa investigou as representações sociais e os julgamentos morais sobre injustiças na escola que estudantes de escolas particulares e pública, de diferentes idades, fizeram em situações escolares, verificando a influência, nestas cognições, de três variáveis, isto é, idade, gênero e tipo de escola (particulares e pública). A metodologia utilizada consistiu numa abordagem qualitativa dos dados através da observação direta em salas de 5^a. série do ensino fundamental e 1^a. série do ensino médio de duas escolas particulares e uma escola pública do município de Presidente Prudente (SP), a fim de verificar de que modo as queixas sobre injustiças eram conduzidas e entre quem ocorriam. Considerou-se queixas de injustiças aquelas que se incluíram nos diferentes tipos apontados por Piaget e Kohlberg, quais sejam, injustiças dos tipos legal, retributiva, distributiva, procedimental e social. Na escola particular, na 5^a. série, foram identificadas queixas espontâneas do tipo distributiva, e em menor proporção, queixas do tipo retributiva. Na escola pública, também na 5^a. série, foram mais comuns queixas do tipo distributiva. No ensino médio particular, as queixas apontadas pelos(as) alunos(as) foram, em primeiro lugar do tipo distributiva e, em segundo lugar queixas do tipo retributiva. Na escola pública, nessa mesma série, não foram identificadas queixas que se incluísem na categorização proposta por aqueles autores. Por outro lado, compareceram queixas, tanto em escolas particulares quanto pública, que se referiram ao descontentamento dos(as) alunos(as) em relação aos aspectos pedagógicos e interpessoais balizadores daquelas dinâmicas escolares. Com relação às queixas envolvendo os aspectos pedagógicos, mais comuns entre alunas de escola pública, verificou-se que os conteúdos das queixas relacionaram-se, principalmente, à necessidade de realização de cópias das atividades, e, em menores proporções, às condições físico-estruturais da escola e às faltas indevidas. As queixas, em quase sua

¹ Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus UNESP de Presidente Prudente, em agosto de 2007, orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Suzana De Stefano Menin. A pesquisa recebeu apoio financeiro da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

totalidade, permaneceram sem solução. Nas escolas particulares foram comuns queixas sobre os métodos educativos empregados; sobre alunos(as) serem mandados para fora, entre outras. Estas queixas foram resolvidas por meio da aplicação de punição, isto é tirando ponto dos(as) alunos(as), expulsando o(a) aluno(a) da sala, e, em outros casos não houve solução. Quanto às queixas sobre os aspectos interpessoais percebeu-se que foram, mais fortemente, os meninos de escola pública e de ensino fundamental que se queixaram. A maior parte das queixas se referiu as agressões físicas e, aos insultos morais. Os(as) agentes, nestes casos, foram os(as) próprios(as) alunos(as) cometendo agressões entre si. Utilizaram como estratégias de resolução do conflito mais agressão ou chamando o(a) professor(a) para resolver o caso. Situação semelhante foi verificada entre alunos(as) da escola particular. Além das observações, foi aplicado um questionário em que estiveram envolvidos 86 alunos(as) de 5^a. e 6^a. séries do ensino fundamental, e 1^a., 2^a. e 3^a. série do ensino médio de uma escola particular e uma escola pública de Presidente Prudente. Foi possível verificar, através das respostas, que alunos(as) da escola pública foram mais rígidos e heterônomos em seus julgamentos sobre injustiças em ambiente escolar do que os(as) alunos(as) de escola particular, que por sua vez foram mais flexíveis e dialógicos na proposição de melhorias que visassem tornar a escola um espaço mais justo e democrático; e, relativizaram mais algumas situações propostas. Percebeu-se, por meio de uma lista de infrações, que houve mudança de atitude diante da situação exposta em função do agente da infração, de modo que quando o infrator era um menino uma situação poderia ser nada grave e quando, na mesma situação, a infratora era uma menina esta se tornava muito grave, mostrando assim que o papel social e cultural do(a) agente foi um fator influenciador nos julgamentos apresentados. No que se referiu às impressões e percepções em relação aos colegas de escola, viu-se que houve uma visão muito negativista e ácida em relação aos parceiros, principalmente das meninas em relação a elas mesmas. Percebeu-se, através dos resultados alcançados que a escola foi palco para a manifestação dos sentimentos, valores, crenças e opiniões dos(as) alunos(as) em relação às situações injustas que se ancoraram em suas práticas sociais e na sua relação com o mundo, vistas a partir de diferentes lugares. Diante destes resultados, torna-se evidente a necessidade de se repensar as relações existentes entre a escola e injustiças, manifestadas de diferentes formas, a partir da efetivação de uma cultura de união de interesses que visem um contexto educativo integrador, e justo; em que seja possível repensar e desmistificar práticas, crenças e valores.

